

A “cracolândia” de Campo Grande (MS) vista “da rua”: notas sobre fazer-cidade, biopolítica e territorialidade nas imediações da antiga rodoviária¹

*Vladimir Eiji Kureda*²

*Guilherme R. Passamani*³

*Maria Eduarda Rodrigues da Silva*⁴

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo: Esse artigo estuda a constituição da cidadinidade na “cracolândia campo-grandense” a partir das redes de relações tecidas pelas pessoas em situação de rua. Para tanto, o trabalho analisa a transformação da antiga rodoviária e suas imediações na “cracolândia campo-grandense”; as experiências de fazer-cidade dos sujeitos que estiveram em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária, privilegiando suas narrativas e performances; os efeitos das práticas biopolíticas empreendidas através de duas instituições estatais para as pessoas em situação de rua e os agenciamentos mobilizados pelos mesmos. Ressalta-se que, ao articular aspectos macro e microsociais, tendo como centralidade as pessoas em situação de rua e a antiga rodoviária, buscamos compreender como essa territorialidade assume uma configuração peculiar vista ‘da rua’ desde as “margens do centro”.

Palavras-chave: pessoas em situação de rua; fazer-cidade; biopolítica; territorialidade; “cracolândia”; Campo Grande (MS).

¹ Uma versão preliminar desse texto foi apresentada no SPGo9 - *Direito à cidade e reconfigurações da cidadinidade no Brasil* do 43º Encontro Anual da ANPOCS em 2019.

² Graduado em Ciências Sociais (UFMS). Mestre em Antropologia Social (PPGAS/UFMS). Professor de Sociologia na Rede Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul.

³ Doutor em Ciências Sociais (Unicamp). Professor dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) e Estudos Culturais (PPGCult) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Pesquisador associado ao Núcleo de Estudos Néstor Perlongher (NENP/UFMS).

⁴ Graduada em Ciências Sociais (UFMS). Mestranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

The “crackland” from Campo Grande (MS) seen “by the street”: notes on making-city, biopolitics and territorialities close by the old bus terminal

Abstract: This article studies the constitution of the citizenship into the “crackland from Campo Grande” through the relationship networks made by homeless people. Therefore, this work explores the transformation of the old bus terminal and its outskirts in the “crackland from Campo Grande”; the experiences of making-city from the people who had been homeless close by the old bus terminal, emphasizing their stories and performances; the effects of the biopolitical practices done by two government institutions to the homeless people and their agency. It is emphasized that, by articulating the macro and microsocial factors, concerning as focus the homeless people and the old bus terminal, we aim to understand how this territoriality takes a special setting seen “by the street” as long as the “borders of the hub”.

Keywords: homeless people; making-city; territoriality; biopolitics; “crackland”; Campo Grande (MS).

La “cracolândia” de Campo Grande (MS) mirada “desde la calle”: apuntes sobre hacer ciudad, biopolítica y territorialidad en las cercanías del terminal viejo

Resumen: Este artículo estudia la constitución de la ciudadanía en la “cracolândia” de Campo Grande a través de las redes de relación que hacen las personas sin hogar. Este trabajo explora la transformación del antiguo terminal de buses y sus alrededores en la “cracolândia” de Campo Grande”; las experiencias de hacer ciudad de las personas que se habían quedado sin hogar cerca del antiguo terminal de buses, enfatizando sus historias y actuaciones; los efectos de las prácticas biopolíticas realizadas por dos instituciones gubernamentales para las personas sin hogar y su agencia. Se enfatiza que, al articular los factores macro y microsociales, que conciernen como foco a las personas sin hogar y a el antiguo terminal de buses, se busca entender cómo esta territorialidad toma un escenario especial visto “por la calle” en tanto que los centro.

Palabras-clave: personas sin hogar; hacer ciudad; territorialidad; biopolítica; cracolândia; Campo Grande (MS).

Tendo em vista que a “ampla mobilização da opinião pública, das instâncias políticas e dos meios de comunicação em torno das cenas abertas de crack” (FIOCRUZ, 2014: 17) tem corroborado para a proliferação de um certo *pânico moral* em torno da disseminação do crack em diversas cidades do Brasil, propõe-se, neste artigo, refletir sobre o processo da constituição da antiga rodoviária de Campo Grande (MS) enquanto “cracolândia campo-grandense” entre os anos de 2016 até meados de 2020⁵.

Para tanto, visa-se analisar algumas das experiências locais dos cidadãos das margens (AGIER, 2011) que, no referido universo, são as pessoas em situação de rua, bem como as intervenções assistenciais e repressivas sobre esse conjunto de sujeitos. Por fim, visa-se identificar como essas relações produzem e são parte de uma territorialidade peculiar (PERLONGHER, 1987).

Em um primeiro momento, nesse artigo, será relatado o processo de transformação da antiga rodoviária de um equipamento valorizado e de prestígio na cidade em um espaço comercialmente desvalorizado e concebido como *locus* de concentração de pessoas em situação de rua e de venda/consumo de drogas. Em um segundo momento, analisaremos as redes de relações das pessoas em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária. Para tanto, serão apresentadas descrições etnográficas com três interlocutores – Manu, Gerson e Jeferson – em suas experiências de fazer-cidade (AGIER, 2015) na “Rodô”. Por fim, serão analisados dois tipos de intervenção estatal e seus efeitos nas experiências de certos sujeitos em situação de rua: as intervenções assistenciais feitas pelas agentes do Consultório na Rua; e as operações policiais de agentes ligados à segurança pública. Será discutido como essas duas modalidades de intervenção, ao serem agenciadas pelas pessoas em situação de rua, produziram fixação, itinerância e ruptura por parte desses sujeitos no local.

Portanto, são as interações microssociais – as relações das pessoas em situação de rua entre si e com outros “atores” – com as macrossociais – as práticas biopolítica – que permitem identificarmos a cidadinidade que envolve a produção da “cracolândia” em Campo Grande (MS).

Antiga rodoviária: do seu passado de “ouro” ao tempo presente

A cidade de Campo Grande (MS) tem a sua vida urbana formada principalmente a partir da segunda metade do século XX. Seu processo de modernização se intensificou na década de 1950, tendo um aumento exponencial de sua população entre 1970 e 1980, devido à migração em massa de cidades do interior de Mato Grosso do Sul, bem como de outros estados da federação.

Foi nessa época que surgiu o terminal rodoviário de Campo Grande, também denominado como Rodô por alguns de seus frequentadores⁶. Construído nas proximidades do centro da cidade, o complexo rodoviário foi inaugurado em 1976,

⁵ Ressalta-se que a pandemia da covid-19 trouxe consigo o imperativo do distanciamento social. Isso fez com que o Estado, com o apoio dos comerciantes situados nas imediações da antiga rodoviária, tivesse uma nova justificativa para as políticas de repressão à concentração de pessoas em situação de rua na localidade.

⁶ Desde artistas, clientes, pessoas em situação de rua, pequenos comerciantes, agentes de saúde etc, intitulam a antiga rodoviária e suas imediações com este codinome.

abrigando em seu interior três estruturas distintas: a Estação Rodoviária interestadual, o Terminal Rodoviário Urbano de âmbito municipal e o Centro Comercial. A primeira foi uma antiga área de embarque e desembarque dos coletivos da cidade. O segundo abarcava o espaço destinado para os ônibus intermunicipais e interestaduais. E o último foi construído para atender comercialmente os passageiros que transitavam todos os dias.

Do ponto de vista histórico, a Rodô desenvolveu um papel fundamental na cidade. Para os cidadãos foi tanto uma espécie de “shopping”, por conta do comércio variado e dos cinemas de grande porte, quanto um espaço de utilidade pública, em termos de transporte e de serviços públicos. Em suma, esse período é rememorado, por alguns comerciantes locais, como o período de “ouro”, marcado pela clientela volumosa e constante oriunda da centralização de serviços e capitais que era presente no complexo rodoviário.

No entanto, o aumento da população da cidade na década de 1990, em que o censo populacional de 1999 apontava para mais de 600 mil habitantes, fez com que alguns setores do complexo rodoviário começassem a ficar sobrecarregados, pois a Rodô foi construída para atender uma população quatro vezes menor que a da época (MESSIAS e CASTELHANO, 1999: 34), ocasionando saturação em termos de segurança, espaço e funcionalidade.

De forma complementar, no início dos anos 2000, a cidade encontrava-se em plena expansão urbana. Construções de novos terminais de transbordo de coletivos, bem como a inauguração do shopping central da cidade, mais a saída de empresas e equipamentos de serviços públicos do prédio fizeram com que a Rodô deixasse de ser concebida como um espaço de lazer, consumo e serviços. Nesse sentido, a combinação dos problemas estruturais do complexo rodoviário com o desenvolvimento urbano campo-grandense colaborou para o arrefecimento gradativo do comércio local.

O ápice desse processo ocorreu no ano de 2010, na gestão do ex-prefeito Nelson Trad Filho, quando o mesmo desativou os serviços rodoviários no local. Esse evento foi o divisor de águas. A partir daí, a Rodô passou a ser oficialmente a antiga rodoviária da cidade e passa a tomar a forma de velho centro, ou seja, “um espaço urbano que no passado se constitui como o primeiro centro da cidade” (PATRICIA DA SILVA, 2010: 17), marcado por um comércio arrefecido e escassez de clientela formal. Sem o público habitual, advindo dos terminais de ônibus, o comércio sofreu fortes abalos, que culminaram no endividamento de comerciantes e no fechamento de inúmeros imóveis do Centro Comercial.

Paralelamente, passou a ser visibilizada de maneira mais contundente pela mídia da cidade, a figura da pessoa em situação de rua e do usuário de drogas como os “novos frequentadores” das imediações do antigo terminal rodoviário. Gradativamente, esses sujeitos passaram a ser considerados um “problema social” que precisava ser resolvido⁷.

Não obstante, a inscrição desses sujeitos em população de rua que usa drogas, carrega consigo, no contexto da Rodô, uma certa intencionalidade que reforça a representação hegemônica entre pobreza e degradação urbana⁸. A partir dessa associação, as práticas cidadinas desses sujeitos constituem, no imaginário social, parte do fenômeno “cracolândia campo-grandense”, pois se mobiliza uma série

⁷ A categorização desses sujeitos como “problema social” aparece na entrevista de uma comerciante da antiga rodoviária e se faz presente na ata da reunião pública do bairro Amambaí que compõe o acervo de documentos do Plano Diretor de Campo Grande (MS).

⁸ Esse tipo de associação é corriqueiro na sociedade brasileira, que extrapola o universo da cracolândia ou das pessoas em situação de rua (FRANGELLA, 2004; RUI, 2014). Ele abarca moradores de favelas (ZALUAR e ALVITO, 2006), diferentes periferias (CALDEIRA, 2010) e outras formas de habitação popular das cidades.

de narrativas que retratam a antiga rodoviária como um lugar onde se vende e consome drogas, principalmente o crack, e também onde se concentram pessoas em situação de rua⁹.

No entanto, do ponto de vista analítico, mais que a mera reprodução da dinâmica em torno do comércio ilegal de drogas, despontaram, neste universo, significativas modalidades de relações tecidas pelas pessoas em situação entre si e com outros “atores” que envolviam: a internalização de repertórios morais que permitia a estes sujeitos estabelecer relações de “parceria”; negociação com os agentes da “economia subterrânea”¹⁰ (BOURGOIS, 2015), isto é, o desenvolvimentos de relações cotidianas com indivíduos que atuavam como vendedores de drogas nas ruas da antiga rodoviária¹¹; formação de núcleos familiares e/ou de solidariedade nas ruas.

Assim, a vida cidadina daqueles que estão em situação de rua na Rodô era composta por um campo complexo e heterogêneo de relações. E são essas tramas que tornam visível uma cidadinidade local que extrapola a representação estigmatizante corriqueiramente lançada sobre a Rodô e esses sujeitos.

Fazer-cidade na “cracolândia”: masculinidade, economia subterrânea e vizinhança

A proposta teórico-metodológica de fazer-cidade de Michel Agier (2015) é uma das êgides fundamentais para o estudo da cidadinidade desenvolvido no contexto da “cracolândia campo-grandense”, pois esta perspectiva tem como centralidade, justamente, os sujeitos em suas ações. Este conceito constitui-se como o agir dos sujeitos que promove o direito à cidade “no aqui e no agora”, isto é, as experiências e relações de sentido entre pessoas que instauram vida cidadina em uma determinada localidade de maneira independente ao Estado. Para Michel Agier (2015), ao cunhar este conceito, através de seus estudos sobre acampamentos de imigrantes na África e bairros populares na América Latina, a própria cidade deve ser entendida como um campo de relações produzidas pelos cidadãos e não, exclusivamente, como um conjunto de equipamentos, edifícios ou relações mercantis.

Esse viés também serve para o caso da Rodô. Após a desativação dos serviços rodoviários, foi, justamente, a ocupação por parte de pessoas concebidas como marginais¹² (pessoas em situação de rua, consumidores de drogas, profissionais do sexo) que, segundo o imaginário dos habitantes da cidade, tornou-se a tônica do cotidiano local. Estas pessoas que se constituíram como os *habitués* do local, pois são elas que consumiam diariamente nos estabelecimentos comerciais, atuavam cotidianamente com suas atividades no local, ou seja, eram estes sujeitos que faziam circular o escasso capital monetário na Rodô e que davam “vida urbana” na região, ocupando o “vazio” deixado pela ausência da família tradicional campo-grandense que consumira anteriormente nesse equipamento.

⁹ In: <https://www.midiamax.com.br/policia/2019/secando-gelo-drogas-sinteticas-invadem-cracolandia-de-campo-grande-e-pm-intensifica-rondas-no-centro>

¹⁰ Economia subterrânea é o termo utilizado por Philippe Bourgois (2015) para designar um conjunto de relações em torno da comercialização e consumo de drogas no Harlem, bairro situado na cidade de Nova York nos EUA. Essas relações eram marcadas pela masculinidade e violência.

¹¹ Ressalta-se que as relações com esse universo eram marcadas pela transitoriedade e fluidez, tendo em vista as mudanças constantes no quadro de pessoas atuantes como vendedores de drogas na localidade. Ainda assim, identificamos a permanência de relações de poder marcadas pela masculinidade típica da economia subterrânea.

¹² Pessoas em situação de rua, consumidores de drogas, profissionais do sexo entre outros. Atores que já se faziam presentes nas imediações da antiga rodoviária, antes mesmo da desativação dos serviços rodoviários, mas que passaram a ser socialmente significativos após este evento.

Essa diversidade de atores e o reconhecimento da região como “cena aberta de venda/consumo de crack” pelos atores locais similariza a antiga rodoviária e suas imediações com as cracolândias do Rio de Janeiro e de São Paulo, pois também há na região:

o estabelecimento de uma série de relações com diferentes agentes (tanto do Estado – polícia, assistentes sociais e assim por diante – quanto da dita sociedade civil – ONGs, redes de pesquisadores em saúde pública, psicologia social e ciências humanas). Ou seja, as cracolândias não são meramente sinônimos de locais em que se vende e consome crack; elas se produzem justamente em seu reconhecimento como territorialidades específicas por diferentes atores, que a ela dirigem uma série de práticas – repressivas ou de assistência (ou até uma combinação de ambas) – ou então táticas cotidianas para lidar com elas, no caso do tráfico de drogas. (FRÚGOLI JR e CAVALCANTI, 2013: 3)

Sob uma perspectiva microssocial de cunho etnográfico, ficou evidente, durante a pesquisa, em algumas situações experienciadas (com) e narradas por certas pessoas em situação de rua no universo da Rodô, a relevância dos agires, negociações e conflitos presentes nas interações entre os atores no local na construção social do lugar a partir da ideia de fazer-cidade.

Para tanto, destacam-se três sujeitos: Manu, Gerson e Jeferson¹³. Essas três pessoas, que estavam em situação de rua durante o período da pesquisa, compartilharam experiências significativas que caminham para diferentes contornos e implicações no fazer-cidade.

Manu nos aponta para a formação de núcleos familiares e das redes de solidariedade na localidade a partir do agenciamento da masculinidade (CONNEL, 2013). Já Gerson, nos ajuda a refletir sobre os agenciamentos das relações de poder entre as pessoas em situação de rua e a economia subterrânea. Em contrapartida, Jeferson revela como suas interações junto à vizinhança, mediante realização de serviços em troca de dinheiro ou de mercadorias, opera como uma lógica de uso da antiga rodoviária e suas imediações.

Com mais de 40 anos de idade, mãe de duas “filhas do coração” e casada com um homem em situação de rua, Manu passou a morar no entorno da antiga rodoviária há alguns anos. Sua presença no local era marcada por relações heterogêneas que a mesma desenvolvia. Desde vizinhos, religiosos, consumidores de drogas, pares da rua, agentes estatais e até mesmo sujeitos ligados à economia subterrânea. Todos estes faziam parte do campo de relações de Manu.

Vários tipos de performances eram mobilizados por essa interlocutora. Era visível, por exemplo, como Manu assumia posturas viris¹⁴ em determinadas situações que etnografamos: momentos com seu marido, especialmente quando ela o requisitava para realizar alguma atividade, tal como ir atrás de comida ou de dinheiro; com homens ligados à economia subterrânea; ou quando ela esteve em espaços ocupados coletivamente por consumidores de drogas nas imediações da antiga rodoviária. Por outro lado, era nítida uma mudança de performance nas seguintes situações: junto às suas filhas; com a vizinhança; ou nos momentos em que ela estava com os “parceiros”¹⁵.

¹³ Os nomes adotados são fictícios no intuito de mantê-los no anonimato. Além disso, atentando-se às proposições de Claudia Fonseca (2008), será tomado um cuidado na descrição densa para não tornar os sujeitos identificáveis.

¹⁴ Essas posturas viris eram signos da linguagem masculina que eram mobilizados por essa interlocutora através de performances mais duras, ameaças em resposta a alguma violência e discussões conflituosas com homens e mulheres.

¹⁵ O *parceiro* se constitui como uma categoria êmica utilizada para designar aqueles que exercem ações colaborativas para as pessoas em situação de rua. No contexto da pesquisa, entra no rol dos *parceiros*, os seguintes grupos: Consultório na Rua, religiosos que desenvolvem ações caritativas, civis que os auxiliam, vizinhos e comerciantes que prestam algum tipo de ajuda cotidiana.

Levando em consideração que hegemonicamente “o espaço da rua é composto de signos, discursos, práticas e pertinências relativas a um universo eminentemente masculinizado” (FRANGELLA, 2004: 194) e que, junto com a cultura *callejera*¹⁶ (BOURGOIS, 2015), institui-se um campo de relações marcado pela masculinidade, não é estranho que Manu mobilize performances viris que visam, justamente, agenciar suas relações com o marido, pares da rua e com a economia subterrânea.

Nesse sentido, Manu controlava as ações do marido a fim de manter o núcleo familiar coeso e garantir a sua reprodução material, pois o mesmo exercia o “papel” de provedor. Além disso, nos momentos de interação com os “parceiros”, Manu se distanciava e deixava claro sua desassociação com a economia subterrânea, onde, no máximo, ela se classificava, segundo suas próprias palavras, como “usuária”, distanciando-se de uma “identidade criminal” que a marginalizaria ainda mais. Manu não deixou de manter relações com essa “economia”, pois além de ser consumidora, ela também auferia ganhos daqueles que vêm à região comprar drogas, servindo de “aviãozinho” para estes sujeitos.

Por outro lado, Manu agiu para construir relações positivas através de performances afáveis com a vizinhança, “parceiros” e equipamentos comerciais (restaurantes, bares e lanchonetes). No cotidiano, são estes grupos que Manu e seu marido recorreram para conseguir comida, água, roupas, tratamentos médicos e outros tipos de objetos/serviços. Logo, ela aciona certos elementos que funcionam como dispositivos morais¹⁷ (WERNECK, 2014), pois conectam-na, em termos de sociabilidade, com religiosos, civis e vizinhos, ou seja, com aqueles que não estão em situação de rua e que podem, de alguma forma, auxiliá-la.

Ao mobilizar narrativas sobre sua família, presença de “Deus” na vida dela, a vizinhança que lhe ajuda e os “parceiros” que seriam “anjos” enviados, Manu visibiliza um repertório carregado de uma moralidade que a positiva, afastando-a dos estereótipos¹⁸ nos quais as pessoas que estão nas ruas da “cracolândia campograndense” são corriqueiramente associadas e, por outro lado, a aproxima dos sujeitos e grupos considerados seus “parceiros”.

Por fim, a postura viril de Manu, perante a coletividade das pessoas em situação de rua na localidade, garantia que a mesma não fosse percebida como mulher indefesa, tal como sua amiga Claudia¹⁹ era reconhecida na Rodô, fazendo com que Manu fosse vista, publicamente, “como mulher que bate até em homem”²⁰.

Já Gerson, homem negro, acima dos 30 anos de idade, cotidianamente perambulava pela região como vendedor ambulante de seus produtos artesanais. Não raro, era possível vê-lo circulando na Rodô e no centro comercial da cidade²¹ em busca de clientes. Esse sujeito, diferentemente de Manu, não constituiu relações de cunho familiar nas imediações do local. Além disso, ele se distingue moralmente das demais pessoas em situação de rua ao assumir uma identidade de

¹⁶ Cultura *callejera* ou relações de “rua” dizem respeito às interações que envolvem direta ou indiretamente o universo da venda e consumo de crack. No referido contexto, a droga funcionaria como substrato material dessa “cultura” e os sujeitos partícipes dela adentram em uma vida de violência e adicção (BOURGOIS, 2015: 40).

¹⁷ Os dispositivos morais são elementos que servem para classificar e sujeitar pessoas mediante reportórios morais (WERNECK, 2014).

¹⁸ Geralmente as pessoas em situação de rua na Rodô são associadas ao crime e à delinquência, isto é, pessoas que representam um certo tipo de perigo.

¹⁹ Claudia é uma mulher que esteve por muitos anos em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária. Dentre as diversas histórias e situações que envolvem sua trajetória enquanto sujeito, circulavam narrativas sobre as agressões que a mesma sofrera de homens que tinham envolvimento com ela.

²⁰ Frase dita por Claudia ao se referir a Manu como a vizinha que a protegia em situações de perigo.

²¹ Lugar que confere o perímetro a duas quadras da antiga rodoviária, onde há um comércio pujante com circulação massiva dos cidadãos.

vendedor ambulante, ou seja, trabalhador, figura esta que contrapõe o estigma de “vagabundo” (SILVA, 2017)²².

Este sujeito, assim como Manu, se enquadra na categoria “usuário”. Todavia, sua interação com os agentes da economia subterrânea era de maior proximidade, diferentemente de Manu que demonstrava certo distanciamento. Destaca-se uma situação etnografada que envolveu uma negociação entre pesquisadores, Gerson e um agente da economia subterrânea:

Era tarde de domingo, quando estávamos (Vladimir e Maria Eduarda) fazendo trabalho de campo. Neste dia, sem o “guarda-chuva” de nenhuma instituição, iríamos realizar uma incursão com o intuito de desenvolver conversas informais com pessoas em situação de rua. Nas imediações da antiga rodoviária, pretendíamos contatar alguns interlocutores que nos reconheçam para realizar essa interlocução. Andamos pelas imediações do local, fomos até Manu, mas não a encontramos. Nos deparamos com uma de suas filhas que não quis, naquele momento, colaborar com a pesquisa. Era um típico dia de domingo na Rodô. Prédio fechado, tendo apenas uma mercearia do complexo rodoviário aberta. Além dela, apenas os hotéis e alguns bares do entorno encontravam-se em funcionamento. [...] Entramos em um desses bares, onde havia um pequeno fluxo de consumidores. Ficamos na parte externa do bar, mais precisamente na calçada, observando a movimentação das pessoas que se encontravam reunidas em pequenos grupos sentados no chão da calçada do antigo terminal rodoviário. Ali estava, efetivamente, o “nosso campo”. Ficamos por meia hora, tomando cerveja e fumando cigarro, arquitetando possíveis estratégias para chegar até aquelas pessoas [...]. De repente, eis que surge Carlinhos, – amigo de Maria Eduarda – sujeito que esteve, recentemente, em situação de rua, mas que, devido à renda adquirida via INSS, tem conseguido pagar o aluguel de uma casa no entorno da Rodô. Carlinhos estava junto a um dos grupos reunidos na calçada do prédio. O mesmo nos cumprimentou e Maria logo me apresentou a ele, bem como deixou claro nosso interesse ali. Depois de Carlinhos narrar algumas de suas experiências, o mesmo chama um outro sujeito em situação de rua, Gerson, convidando-o para colaborar com a pesquisa. Gerson se mostra curioso, porém não muito interessado. No entanto, o mesmo passou a intermediar a entrada no “nosso campo”, isto é, com os grupos reunidos na calçada em frente ao prédio. Aqui já sabíamos, entre as “piscadelas”, “tiques” e “expressões” (GEERTZ, 2008), que estávamos em plena negociação da pesquisa. Gerson deu umas voltas pela antiga rodoviária e retornou com um sujeito chamado Ney. Gerson disse a Ney que queríamos fazer a pesquisa para a *faculdade, para falar de discriminação com pessoas de rua* e pediu a autorização do mesmo. Ney consentiu com a cabeça e disse que podíamos ir. Então, Gerson pediu para o seguirmos até o grupo reunido. Antes de chegarmos ao grupo, Gerson nos disse: *tem que respeitar o comando né, fazer certinho*, referindo-se ao consentimento dado por Ney (Caderno de campo, 01/dez/2019).

Esse relato traz consigo algumas questões sintomáticas. Em primeiro lugar, torna-se nítido o respeito característico da cultura *callejera* (BOURGOIS, 2015), ou seja, das relações hierárquicas entre aqueles que são reconhecidos como agentes que gozam de uma posição de poder em relação aos chamados “usuários”. Assim, ao dizer que Ney era o “comando”²³ e que deveria ser respeitado, o que envolve o consentimento do mesmo sobre a circulação de pesquisadores na “cracolândia”, Gerson torna explícita uma tentativa de regulação e controle do local por parte desse agente, que teria certa “autoridade” sobre as ações das pessoas em situação de rua.

Nesse sentido, o repertório moral mobilizado por Gerson é o de tentar instituir relações de confiança com esse agente da economia subterrânea, que poderia lhe conferir segurança, respeito e algum prestígio perante seus pares da rua e outros “atores” do local. Esse tipo de prática, junto com a venda de seus produtos

²² Thiago Silva demonstra, em sua dissertação, como as práticas cotidianas que aparecem na narrativa das pessoas em situação de rua no Recife (PE), constituem-se como um dos elementos mobilizados para contrapor o estigma de vagabundo em que os mesmos são corriqueiramente classificados.

²³ Termo utilizado para referir-se a organizações responsáveis pelo tráfico de drogas. Nesse caso, Ney, ao ser taxado como o “comando”, seria, segundo este relato, um agente de alguma organização desse tipo.

artesanais, viabilizaria sua circulação, podendo, inclusive, distanciar-se da necessidade de constituir vínculos positivos com vizinhos, civis ou religiosos que realizam ações caritativas.

Por outro lado, Jeferson, homem em situação de rua, com 46 anos, nos informou sobre uma interação conflituosa com os agentes da economia subterrânea, em que era nítida sua despreocupação em se relacionar positivamente com tais agentes, quando presenciamos, em uma ida a campo, um conflito entre ele e uma mulher chamada pelo mesmo de “boqueira”²⁴.

Suas motivações em estar na antiga rodoviária, segundo seu próprio relato, giravam em torno do consumo de drogas e de práticas sexuais. Nesse sentido, quando acabava seu dinheiro ou ocorria alguma contenda séria, Jeferson saía temporariamente da Rodô. Nessa perspectiva, a “cracolândia campo-grandense” não era o lugar para se estabelecer vínculos familiares ou de solidariedade entre os pares das ruas, mas para compartilhar práticas que ele chama de vagabundagem.

Todavia, por Jeferson ser partícipe desse universo há mais de uma década, o mesmo não deixa de instituir algumas redes de relações que lhe assegurem algum tipo de rendimento. Assim, ele relatou que, quando requisitado, realiza consertos e outras atividades laborais para a vizinhança. Em troca, conseguia alimentos e bebidas dos moradores e comerciantes da região. Além disso, outra prática realizada por Jeferson e outros sujeitos em situação de rua na localidade, reside na vigilância da área, no intuito de repreender assaltos nas imediações da antiga rodoviária.

A partir dessas situações descritas, o fazer-cidade desses sujeitos se mostrou demarcado pelo agenciamento da masculinidade e pela mobilização de repertórios morais. Esses dois elementos são estruturantes das relações de sociabilidade e atuam diretamente nos processos de permanência e itinerância dos mesmos na área. Nesse sentido, essas diferentes interações neste campo de relações entre si e com estes “atores” (vizinhos, parceiros, agentes da economia subterrânea, pares da rua) é que estabelecem os contornos e as implicações na instauração do direito de estar e usar a cidade na “cracolândia campo-grandense”.

Em suma, mais que as atividades remuneradas ou as práticas de manguieio²⁵ (ROSA, 2013), são essas relações que promovem a reprodução desses sujeitos nas ruas da antiga rodoviária. Além disso, são essas sociabilidades alargadas²⁶ (AGIER, 1999 *apud* FRÚGOLI JR, 2007: 50), atravessadas por relações de poder, que estendem a cidadania oriunda da vida nas ruas e envolvem alguns comerciantes e moradores da região, pois passam a vigorar relações de trocas entre esses sujeitos em termos de consumo, segurança e manutenção de um certo ordenamento urbano da região.

²⁴ Termo utilizado por Jeferson para designar uma pessoa que desempenha uma função dentro da “economia subterrânea”.

²⁵ Um complexo de relações essencialmente utilizado para obter recursos na rua, mas que produz mais que recursos econômicos; uma forma criativa de obter recursos e se relacionar com as pessoas domiciliadas” (MELO, 2011 *apud* ROSA, 2013: 81-82).

²⁶ “Esferas relacionais da vida social marcada pela vizinhança e parentela simbólica que intermediam níveis mais amplos de relação com macroestruturas da cidade” (AGIER, 2011).

Práticas biopolíticas e seus efeitos entre as pessoas em situação de rua

Tem sido comum, desde a desativação dos serviços rodoviários no ano de 2010, por parte do Poder Público e de “atores” interessados em uma possível revitalização da região, conjugar as pessoas em situação de rua e usuários de drogas na categoria “problema social” do bairro. Entretanto, salienta-se que os sujeitos inscritos nessa classificação carregam diferenças significativas, especialmente, em suas relações com as instituições estatais²⁷.

Nesse contexto, o Estado e a sociedade civil passaram a desenvolver intervenções das mais variadas formas, que incluem práticas assistenciais e ações policiais repressivas que têm como principal alvo a população em situação de rua. Logo, a partir do ano de 2013, o Consultório na Rua, instituição vinculada à Rede de Atenção Básica, que tem como objetivo promover o acesso aos direitos de assistência e cuidado para esse segmento da sociedade (HALLAIS e BARROS, 2015), começou a realizar seus trabalhos semanais na Rodô.

Devido às relações de proximidade desenvolvidas pelas agentes do “consultório”, as pessoas em situação de rua as consideram como “parceiras”. Essa proximidades entre elas, nos alertou para a necessidade, tal como ocorrera na pesquisa Aline Barbosa (2017), de passar a acompanhar os atendimentos das executoras das políticas públicas de saúde cuja interação face a face é um aspecto de fundamental importância na execução dos atendimentos *in loco*.

Destaca-se, do ponto de vista biopolítico (FOUCAULT, 2005)²⁸, o exercício da afetividade nas práticas clínicas (atendimento psicológico, assistencial, enfermagem) entre agentes e assistidos. Esse elemento funcionava como instrumento importante para que as pessoas em situação de rua atendidas, trouxessem à tona suas experiências sobre sofrimento vivenciado nas ruas, problemas com a justiça, necessidade de tratamento de alguma enfermidade ou dificuldades em torno do consumo de drogas.

Essas demandas trazidas pelos sujeitos atendidos, especialmente no que tange às questões de saúde, eram tratadas pelo Consultório na Rua que, além de realizar os procedimentos individuais no campo²⁹, também encaminhava para consultas médicas especializadas no Sistema Único de Saúde (SUS) e a outras instituições ligadas à justiça e à assistência social. Não raro, foi possível observar, no trabalho de campo junto às agentes dessa instituição, a importância desse tipo de intervenção na narrativa daqueles que recebiam os serviços dessa política pública.

Todavia, o que se mostrou como analiticamente relevante foi, justamente, os efeitos dessas intervenções nas experiências locais desses sujeitos. Para tanto, destacamos duas práticas da instituição: entrega de kits e os discursos em torno do consumo de drogas. Essas duas práticas, que puderam ser registradas durante o trabalho de campo, se constituíam como técnicas de cuidado que agiam nos processos de permanência, itinerância e ruptura dos sujeitos.

²⁷ De maneira sucinta, dentre as diferenças percebidas durante a pesquisa de campo, as pessoas em situação de rua que ficam nas imediações da antiga rodoviária situam-se como um grupo-alvo de mais intervenções estatais que daqueles sujeitos que somente compram ou consomem a droga no local.

²⁸ Forma de exercício do poder que tem como princípio o “direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no ‘como’ da vida [...] para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte” (FOUCAULT, 2005: 295).

²⁹ Medição de pressão, realização de testes de ISTs, curativos em ferimentos, atendimento psicológico, distribuição de preservativos, etc: são alguns procedimentos realizados pela instituição junto aos sujeitos atendidos nas ruas.

Ressalta-se que era rotineiro, nos atendimentos das agentes, a entrega de alguns materiais de saúde para as pessoas em situação de rua, tais como preservativos (principal item distribuído), escova e cremes dentais, sabonetes e roupas. Esse tipo de serviço, que tem como objetivo melhorar sanitariamente as condições de vida dos atendidos, ganha contornos subjetivos nos usos e interações por parte dos sujeitos.

A distribuição de preservativos, que tem como um dos seus objetivos a prevenção da gravidez e a prevenção a IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis), era vista, por alguns comerciantes e até mesmo por certas pessoas em situação de rua, como uma prática que incentiva a “vagabundagem”. Os preservativos e outros itens distribuídos são utilizados, muitas vezes, para os fins que a política pública os pensara. No entanto, no contexto social da Rodô, esses itens recebidos podem ser negociados³⁰ para se conseguir outros tipos de recursos (alimentos, drogas, dinheiro, favores).

Por outro lado, o consumo de drogas, especialmente de crack, quando é analisado, do ponto de vista médico-legal, em situações sanitariamente delicadas, a exemplo de casos de certas doenças graves e experiências femininas de gravidez, pode forçar o deslocamento temporário ou definitivo dos sujeitos da região. Nesses casos, a prática do Consultório na Rua, ao passo que não obrigava o sujeito a sair das ruas ou a deixar de consumir drogas, era de orientar as pessoas ao retorno para o seu núcleo parental, ou fazer o encaminhamento para atendimento especializado em hospitais ou, até mesmo, para outros espaços institucionais³¹.

Mesmo nestas situações, foi possível identificar práticas de transgressão às recomendações dadas pelo Consultório na Rua: mulheres grávidas que permaneciam consumindo crack; homens com problemas de saúde, cujo consumo da droga agravaria mais ainda o caso, mas que, mesmo assim, permaneciam no local a despeito das orientações dadas pela instituição.

Ressalta-se que nas situações ordinárias de atendimento, ou seja, em que não há esse tipo de problema sanitário, a lógica de atuação para com o consumo de drogas é a da redução de danos³². Logo, a intervenção do Consultório na Rua visava advertir sobre os efeitos nocivos do consumo abusivo de substâncias (i)lícitas. Assim, não havia uma visão moral latente, a exemplo dos “parceiros” religiosos³³, nas interações. Pois, nesse sentido, era comum, durante os atendimentos feitos pelas agentes, o consumo de crack e outras drogas.

No que se refere ao recurso da redução de danos e das práticas biopolíticas desenvolvidas pelo Consultório na Rua, há um limite de abrangência que se revelava nas ações/movimentos das pessoas em situação de rua não gerenciável por essa instituição, principalmente quando os sujeitos estão no “corre”³⁴ de drogas. Segundo relato de uma agente do Consultório na Rua, no período noturno aumentava a movimentação em torno da venda e do consumo de drogas na região e a maioria dos sujeitos ficava “agitada”.

³⁰ Uma das trocas mais recorrentes era com os clientes que procuravam as profissionais do sexo na área. Algumas pessoas em situação de rua relataram ter vendido, inúmeras vezes, preservativos para tais pessoas.

³¹ Centro de convivência da população em situação de rua, albergues ou comunidades terapêuticas eram indicados como opções para as pessoas que se encontravam em situações de vulnerabilidade sanitária.

³² Segundo Machado e Boarini, a “estratégia da redução de danos pode ser definida como mais uma maneira de se abordar o usuário de drogas, descentrando o foco do problema da erradicação e abstinência e privilegiando o direito à saúde de todos e o respeito à liberdade individual” (2013: 585).

³³ No universo da antiga rodoviária, o signo religioso reproduzido pelas próprias pessoas em situação de rua, durante as incursões de grupos cristãos no local, condena o consumo de drogas durante o “momento com Deus”, fazendo com que os usuários tenham um maior controle de si para não serem identificados como “zukados” e conseguir acessar os serviços oferecidos pelos religiosos, tais como: entrega de marmitas, oferta de banhos, momentos de interação ritualística.

³⁴ Categoria êmica que foi utilizada por certos sujeitos do campo para designar as atividades desempenhadas (ir atrás de comida, conseguir dinheiro, drogas) ou quando estão em estado de adrenalina devido à comercialização e/ou uso de droga.

Desse modo, o Estado se fazia representar por meio da ação repressiva da polícia. A política adotada para monitorar essa população, nas imediações da antiga rodoviária, passava a operar sob o dispositivo³⁵ da segurança (FOUCAULT, 2008) através da restrição de circulação de pessoas e do controle das formas de uso dessa parte da cidade.

Durante as incursões etnográficas na antiga rodoviária, era comum presenciar rondas e batidas policiais. Uma das cenas mais recorrentes era a de viaturas circulando e agentes revistando indivíduos vistos como “suspeitos”, sobretudo, pessoas que apresentavam uma corporalidade que remete ao imaginário que se tem do “habitante” das ruas (FRANGELLA, 2004).

Mediante essas tentativas de controle, certas pessoas em situação de rua passaram a se visibilizar, mais frequentemente, como “usuários” para distanciar-se da classificação “traficante”. Além disso, observamos alguns sujeitos que tinham problemas judiciais tentando regularizar a situação através da mediação do Consultório na Rua junto a outras instituições, tal como a Defensoria Pública. Essas ações constituíam-se como estratégias para evitar problemas com a polícia.

Outro efeito desse tipo de intervenção policial, era a produção de mecanismos de vigilância exercidos pelas próprias pessoas em situação de rua que passaram a vigiar e a punir roubos ou ações ilícitas de outros sujeitos que circulavam pela região. Assim, desenvolveram nas relações locais certas regras de conduta, como a proibição de roubos na localidade que, se transgredidas, eram passíveis de sanções aplicadas pelas próprias pessoas em situação de rua e também por outros “atores”³⁶.

Também havia, nas imediações da antiga rodoviária, uma série de câmeras de segurança que era utilizada pela polícia para identificar “novos suspeitos”, inibir a presença de tráfico e monitorar a circulação de pessoas em situação de rua. Se, por um lado, esse mecanismo de vigilância é utilizado para controlar o movimento das pessoas em situação de rua; por outro, era apropriado por esses sujeitos vigiados, para sua própria autodefesa contra violências ou ameaças vindas de outrem³⁷.

Em suma, ressalta-se que as práticas biopolíticas exercidas pela polícia eram vistas, principalmente por parte de certos comerciantes, como ações que colaboravam na retirada das pessoas em situação de rua da localidade, no intuito de tentar “fazer viver” (FOUCAULT, 2005) uma Rodô dos “tempos de ouro” marcada pela presença da “família campo-grandense”, ou seja, um lugar de prestígio moral.

Se essa forma de assujeitamento demarca a Rodô como um lugar onde as pessoas em situação de rua serão constantemente vigiadas e revistadas pela polícia, por outro lado, ela também oferece brechas de permanência na localidade através da formalização do sujeito perante o Estado e o adensamento das relações de troca do mesmo junto à vizinhança e comerciantes. Assim, aqueles que procuravam estar por uma temporalidade maior na Rodô vigiada, passaram a: ter um nome no qual ele(a) é identificado publicamente; formar vínculos de confiança; tornar-se reconhecidos e “controlados” pela polícia, vizinhos e comércio.

Nesse sentido, identificamos na antiga rodoviária sujeitos que estavam há algum tempo no local e eram prontamente reconhecidos por comerciantes, agentes

³⁵ São as “técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder” (REVEL, 2005: 39).

³⁶ Agentes da economia subterrânea também seriam responsáveis por punir aqueles que descumprem tais códigos, segundo relatos de alguns sujeitos.

³⁷ José, homem em situação de rua que ficava na antiga rodoviária, nos relatou sobre uma situação em que ele foi ameaçado de morte por um indivíduo desconhecido e utilizou as câmeras para se defender.

do Consultório na Rua e pelos pares da rua. Além disso, havia núcleos familiares³⁸ que habitavam o entorno da antiga rodoviária que eram associados à coletividade da pessoas em situação de rua. Essas pessoas, mesmo indesejadas por certos setores do comércio local, eram conhecidas na região e geralmente exerciam serviços para os vizinhos, comerciantes e outros “parceiros”, sendo sujeitos inseridos, em alguma medida, nas relações de troca do local.

Considerações finais

A antiga rodoviária e suas imediações, enquanto “cracolândia campo-grandense”, podem ser consideradas uma “região moral” (PARK, 1973). Na região da antiga rodoviária convergem interesses, gostos e projetos que estão, a todo momento, tensionando com a norma. Desviando dela. A burlando. A ressignificando. Enfim, negociando. Constitui-se, tal como proposto por Park, um território residual onde ocorre, justamente, uma interpenetração entre grupos diferentes. Essas práticas acabam por ser lidas, desde uma sociedade externa à Rodô, a partir de pontos de vista dicotômicos. Por um lado, há práticas que poderiam ser classificadas como “moralmente positivas”. Aí incluímos a presença de religiosos e instituições socioassistenciais, a formação de núcleos familiares entre as pessoas em situação de rua e as redes de ajuda mútua entre diferentes grupos. Por outro lado, há práticas que poderiam ser lidas como “imorais” pela comunidade circundante. Isso diz respeito, por exemplo, ao consumo de crack e outras drogas, à presença de “traficantes”, à prostituição.

Todavia, é nítido que esse conjunto de sujeitos, práticas e situações não constituía um ordenamento local harmônico. Muito pelo contrário. As relações conflituosas, como dissermos, eram parte central do cotidiano. Inclusive, a convivência entre as diferenças era mediada por negociações que tornavam possível o estabelecimento de relações de troca entre aqueles que estavam em situação de rua com os grupos do entorno (comerciantes, moradores e policiais).

Logo, a cidadania local era atravessada por relações de poder que visualizamos nas seguintes tramas etnografadas: performances viris de Manu para com os homens da rua e afabilidade junto aos “parceiros”; controle parcial dos agentes da economia subterrânea sobre a circulação de sujeitos na região, situação esta observada na relação entre Gerson e o “comando”; necessidade de formalização das pessoas em situação de rua perante as instituições policiais; realização de serviços e segurança por parte de certas pessoas em situação de rua, tal como Jeferson, para com os comerciantes e vizinhança.

Seguindo esse raciocínio, não eram as barracas, casas autoconstruídas ou a formação de pequenos comércios informais que constituem o substrato da cidadania na Rodô, tal como fora nos acampamentos de imigrantes estudados por Michel Agier (2011), mas, sim, os agenciamentos dessas situações descritas, isto é, as práticas performadas pelas pessoas em situação de rua, a exemplo de Gerson, Manu e Jeferson, que vão mostrando como “a cidade é feita” por esses sujeitos das margens.

Essa “cidade relacional” (AGIER, 2011), além de evidenciar a diversidade na qual a vida cidadina é elaborada do ponto de vista das relações “nativas”, também nos informa sobre uma certa territorialidade (PERLONGHER, 1987) onde se destacam dois aspectos importantes: os mecanismos de sujeição através das intervenções estatais e a cultura *callejera*.

³⁸ Esses núcleos familiares eram heterogêneos em sua composição. Havia casais, mães com filhos(as), tios com sobrinhos, primos etc.

Nesse sentido, as intervenções do Consultório na Rua e da polícia, ao se constituírem como agentes biopolíticos, mesmo sendo distintas em seus objetivos e práticas, produzem mecanismos de sujeição, pois procuram (re)organizar e gerir a corporalidade da população de rua no universo da Rodô. Esses mecanismos demarcam possibilidades de ser e estar das pessoas em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária, podendo ser percebidos como instrumentos regulatórios nos quais esses sujeitos devem agenciar ao fazer uso da localidade.

Outro elemento importante e que atuou de maneira significativa nas relações locais foi a cultura *callejera*. Ela assume um lugar importante nas tramas cotidianas daqueles que estão em situação de rua no contexto da “cracolândia campo-grandense”, onde o código estruturante que exerce uma coerção e orienta as ações das pessoas em situação de rua é o “respeito”. Este deve ser internalizado e performado pelos sujeitos nas relações com os grupos citados acima. São exemplos disso, as seguintes situações etnografadas: postura de Gerson frente ao comando; necessidade de se formalizar perante a polícia; ação de Jeferson em vigiar e punir aqueles que roubam nas imediações da antiga rodoviária; atuar, tal como Manu, tanto de maneira afável junto aos “parceiros” quanto de maneira viril para com os homens.

Seguindo a compreensão de territorialidade em Perlongher, isto é, “código peculiar que distribui atribuições categoriais a corpos e desejos em movimento” (RODRIGUES, 2014: 9), entendemos que os agires urbanos das pessoas em situação de rua, expressos nos agenciamentos das intervenções biopolíticas sobre seus corpos e das experiências com a cultura *callejera*, organizam certa territorialidade (PERLONGHER, 1987) nas imediações da antiga rodoviária.

Em suma, essa territorialidade é profundamente mutável. A própria dinâmica da vida cidadina na Rodô pode ser alterada pelas políticas urbanas estatais, reorganização da economia subterrânea, ações de comerciantes e moradores do entorno ou pelos agires das pessoas em situação de rua pela cidade. Por fim, a própria ideia de “cracolândia campo-grandense” não se trata de uma concepção geográfica, isto é, da antiga rodoviária e suas imediações, mas, exclusivamente, de uma configuração social que é produto de uma cidadinidade peculiar das “margens”.

Recebido em 3 de março de 2021.

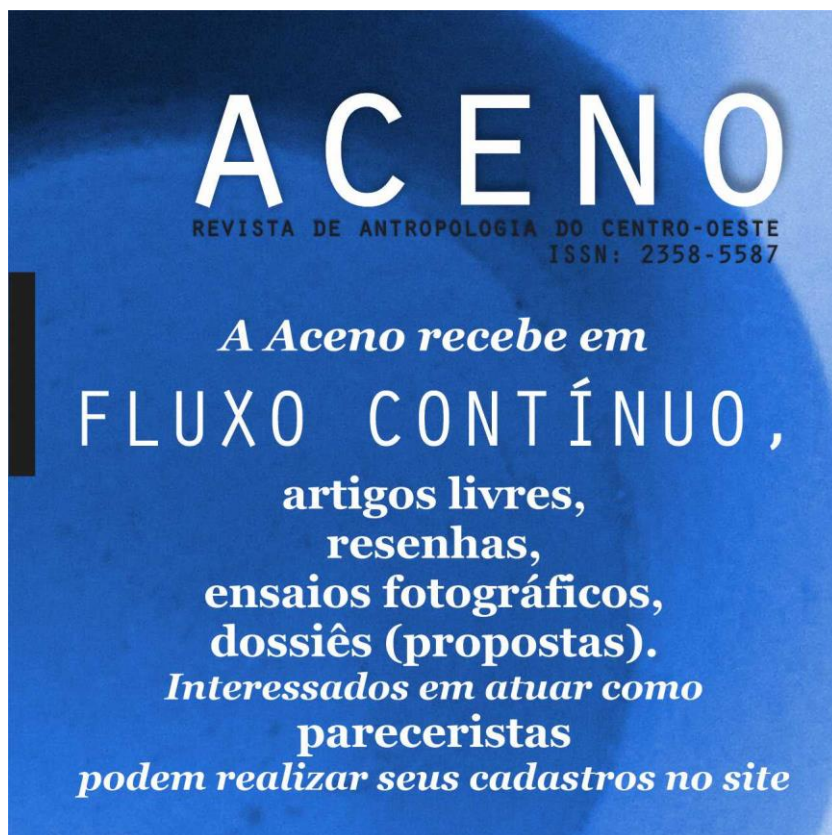
Aceito em 14 de abril de 2021.

Referências

- AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações e movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, 21 (3): 483-498, 2015.
- BARBOSA, Aline. *Vida nua: a gestão da população de rua*. Tese de doutorado, Ciências Sociais, Unesp, 2017.
- BASTOS, Francisco; BERTONI, Neilane (orgs.). Pesquisa nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais? Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2014.
- BOURGOIS, P. *Em busca de respeito: vendendo crack em Harlem*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2015.
- CONNELL, R; MESSERSCHMIDT, J. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, 21 (1): 241-282, 2013.
- FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos na etnografia 'em casa'. *Revista Teoria e Cultura*, 2 (1-2): 39-53, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANGELLA, Simone. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Tese de doutorado. Ciências Sociais. Unicamp, 2004.
- FRÚGOLI JR, H; CAVALCANTI, M. Territorialidades da (s) cracolândia (s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico*, II: 73-97, 2013.
- HALLAIS, J; BARROS, N. Consultório na rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade. *Cadernos de Saúde Pública*, 31: 1497-1504, 2015.
- MESSIAS, A; CASTELHANO, D. *Estrutura e funcionamento da estação rodoviária Heitor Eduardo Laburu*. Monografia de conclusão de curso. UCDB. 1999.
- PARK, R. "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano". In: VELHO, O. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- PATRÍCIA DA SILVA, G. *De volta à praia grande: o "velho" centro com o "novo" discurso*. Tese de doutorado. PGPP/UFMA, 2010.
- PERLONGHER, N. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- RODRIGUES, A. A cidade como território de reconhecimento de marcas identitárias. In: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia: Diálogos Antropológicos Expandindo Fronteiras. *Caderno de Resumos*. Natal: ABA, 2014. p.1-12
- ROSA, G. *A vida nas ruas e as formas de sociabilidade: estudo etnográfico das ressignificações do espaço urbano de Florianópolis (SC)*. Dissertação de mestrado. Antropologia Social. UFSC, 2013.

RUI, T. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

WERNECK, A. "Sociologia da moral, agência social e criatividade". In: WERNECK, A; OLIVEIRA, R. (orgs.). *Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro: Ed Casa da Palavra, 2014.



ACENO
REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

A Aceno recebe em
FLUXO CONTÍNUO,
artigos livres,
resenhas,
ensaios fotográficos,
dossiês (propostas).
Interessados em atuar como
pareceristas
podem realizar seus cadastros no site